

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A.

“Em Recuperação Judicial” - CNPJ 02.551.474/0001-57 - Lagoa Santa - MG

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Marangoni Tread Latino América Indústria e Comércio de Artefatos de Borracha S.A. – Em Recuperação Judicial. (“Companhia”) divulga os seus resultados referentes ao exercício de 2024.

Caminhos Estratégicos e Iniciativas

O ano de 2024 foi mais um período de grandes desafios e transformações para a Marangoni, continuamos a evoluir, tanto na composição de nosso portfólio como em conquista de novos clientes. A partir do planejamento estratégico comercial e industrial, definiu-se novas tecnologias para melhorar a eficiência, reduzir custos e refletir o crescimento operacional da Companhia. A Companhia tem se mostrado confiante para utilizar das oportunidades mercadológicas e superar os obstáculos para o ano de 2025.

Mercado e Desempenho

A conquista de clientes realizada ao longo de 2024 reflete a expansão da marca Marangoni no

mercado, bem como, o crescimento da Companhia no atendimento do mercado da reforma no cenário nacional. A alta taxa de juros gerou uma insegurança no mercado e proporcionou uma gestão de maior eficiência do ciclo financeiro da Companhia.

O aumento no preço das commodities tem influenciado no custo dos produtos ao qual refletiu consequentemente no aumento da matéria prima.

Desafios e Expectativas para 2025

O mercado vem apresentando sinais de oportunidades e a Companhia possui confiança no fortalecimento da sua marca por meio da qualidade e tecnologia que entrega em seus produtos. Através de ações estratégicas a expectativa para 2025 é que certamente as oportunidades irão evoluir o nosso modelo de negócio e refletindo em resultados positivos na operação.

A Companhia continuará com seus esforços na consolidação da sua marca e otimização da gestão de custos, bem como, no estreitamento de laços com seus parceiros e colaboradores.

Mensagem Final de Agradecimentos

A Marangoni é uma empresa construída com integridade, coragem e dedicação de seus acionistas e com o comprometimento e colaboração de pessoas ao longo de anos. Nosso jeito de ir além e superar desafios nos levarão a um ano histórico. Em nome da administração, expressamos nossos agradecimentos a todos os nossos funcionários, clientes e transportadores que rodam com nossos produtos.

Lagoa Santa (MG) 06 de fevereiro de 2025

A Administração

Balanco Patrimonial - Em Milhares de Reais					
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota
Circulante		37.265	48.981	Circulante	
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	1.694	1.306	Fornecedores	11
Contas a Receber de Clientes	6	15.997	10.912	Instituições Financeiras	12
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	7	2.450	307	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13
Tributos a Recuperar	8	3.568	23.749	Obrigações Fiscais e Tributárias	14
Estoque	9	12.498	11.807	Adiantamentos de Clientes	15
Outros Direitos Realizáveis		1.058	900	Parcelamentos Tributários	16
Não Circulante		61.366	39.640	Partes Relacionadas	17
Direitos Realizáveis		36.559	19.330	Arrendamentos	
Contas a Receber de Clientes	6	3.327	-	Outras Obrigações	18
Tributos a Recuperar	8	17.169	2.427	Não Circulante	
Depósitos Judiciais		288	289	Instituições Financeiras	12
Direitos de Uso de Ativos	18	15.775	16.614	Partes Relacionadas	17
Imobilizado	10	24.643	20.213	IR e CS Passivo Diferido	
Intangível		164	97	Provisão p/ Contingências	19
Total do Ativo		98.631	88.621	Passivos Vinculados a RJ	1
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)					

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Milhares de Reais				
Eventos	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2023	75.405	-	(74.880)	525
Prejuízo do Exercício	-	-	(5.134)	(5.134)
Integralização de Capital	11.549	-	-	11.549
Adoção IFRS 16	-	-	(152)	(152)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2023	86.954	-	(80.166)	6.788
Prejuízo do Exercício	-	-	(12.373)	(12.373)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	13.995	-	13.995
Saldo Final em 31 de dezembro de 2024	86.954	13.995	(92.539)	8.410
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)				

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2024 – (Valores em Milhares de Reais)

Nota 1. Informações Gerais: A Companhia tem por objeto social: - A produção industrial de pneus novos e recauchutados, bandas de rodagem novas e recauchutadas, matérias primas e diversos materiais para a produção e recauchutagem de pneus, para a produção de pneus de borracha e similares de qualquer tipo, estado, composição e aplicação; - A produção de artefatos de borracha para a indústria de veículos automotores; - A comercialização, direta ou indireta, nos mercados brasileiro e estrangeiro, dos produtos mencionados no item “a” supra, obedecendo todas as condições dos respectivos setores comerciais; - Produção de maquinários e equipamentos para produção ou recauchutagem de pneus e produtos de borracha, bem como a distribuição nos mercados brasileiro e estrangeiros dos produtos obtidos; - Importação e exportação de produtos relacionados com o objeto supra mencionado; - Comercialização e exportação de produtos agropecuários e seus derivados; - Representação, por conta própria, ou de terceiros, de companhias nacionais e estrangeiras; - Prestação de serviços e consultoria e assessoria comercial, “marketing”, assistência técnica administrativa e financeira; - Prestação de serviços e assistência técnica, manutenção e locação de máquinas e equipamentos; e - A participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. Em maio de 2023, através dos seus atos societários a companhia transformou o tipo jurídico da Sociedade de sociedade empresarial limitada para sociedade anônima de capital fechado, não importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais e o mesmo patrimônio. Em virtude da transformação do tipo jurídico da Sociedade para sociedade anônima de capital fechado, a Sociedade passou a utilizar a denominação social de **MARANGONI TREAD LATINO AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. Em 02 de junho de 2023 ocorreu a elaboração do Estatuto Social e a entrada na sociedade da **BORRACHAS VIVAL S.A.**, com a aquisição de 80% de participação do capital social da **MARANGONI TREAD LATINO AMÉRICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, assumindo o controle societário da companhia, passando a fazer parte do grupo econômico denominado Grupo PP. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 07 de fevereiro de 2025, as quais consideram os eventos subsequente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Recuperação Judicial: Em 13 de setembro de 2017, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05. O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto nas operações da Companhia, bem como do agravamento do endividamento da Marangoni Tread Latino América Ind. e Com. de Art. de Borracha Ltda. – Em Recuperação Judicial. A medida objetiva a recuperação da Companhia através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a Companhia e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano. Em 13 de novembro de 2017, foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/05, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Paoli Balbino & Barros Advogados. Dentre as alterações promovidas pela Lei nº 14.112/20, foi introduzida a possibilidade de o devedor, no prazo de até 05 dias antes da data de realização da Assembleia-Geral de Credores, comprovar a aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores por meio de termo de adesão, observado o quórum previsto no artigo 45, desta Lei e, posteriormente, requerer a sua homologação judicial, conforme disposto no artigo 56-A, caput, da Lei nº 11.101/05. No dia 07 de março de 2022, Paoli Balbino & Barros Companhia de Advogados, representada por Otávio de Paoli Balbino, atuando como Administradora Judicial nomeada na Recuperação Judicial requerida pela Companhia, emitiu um parecer pericial técnico contábil, apresentando ao juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa/MG, o índice de adesão dos credores ao plano de recuperação judicial, através dos termos de adesão do referido plano, demonstrando que a Companhia da Assembleia-Geral de Credores, opinando para que seja homologada e concedida a aprovação do Plano de Recuperação Judicial. O plano foi aprovado por maioria dos credores das classes I, II, III e IV, nos termos do artigo 42, da Lei nº 11.101/05. Após a concessão da recuperação judicial e a homologação do plano, o Banco do Brasil apresentou embargos de declaração, alegando omissão na decisão, argumentando a não apreciação da ilegalidade do plano. Simultaneamente, a União também interpôs embargos de declaração, apontando irregularidades nas certidões apresentadas. Respondemos devidamente aos embargos da União e do Banco do Brasil. A decisão resultou na rejeição dos embargos do Banco do Brasil. A União foi intimada a manifestar interesse na apreciação dos embargos, uma vez que a Recuperanda havia juntado as certidões atualizadas. A União posicionou-se sobre a regularidade das certidões. Assim, o juízo deixou de apreciar os embargos de declaração opostos pela União, por ausência de interesse processual. O Banco do Brasil interpôs agravo contra a decisão que homologou o plano. Em 14 de agosto de 2024, foi certificado o trânsito em julgado, homologando o Plano de Recuperação Judicial e concedendo a recuperação judicial à Marangoni, iniciando o prazo para pagamento aos credores quirografários (Classe III) e aos credores micro e pequenas empresas (Classe IV). Requeremos, portanto, o encerramento da recuperação judicial com base no artigo 63 da Lei nº 11.101/05, considerando o cumprimento da condição prevista no artigo 61 do mesmo diploma legal. Em 09 de setembro de 2024, o Administrador Judicial opinou pelo encerramento da recuperação judicial, sugerindo a baixa e o arquivamento dos autos, com a expedição de alvará. Juntou aos autos o relatório mensal de atividades da Recuperanda referente aos meses de maio e junho de 2024. Em 06 de dezembro de 2024, a Marangoni atendeu à intimação e reiterou o pedido de encerramento da recuperação judicial. Solicitamos à Secretaria que encaminhe os autos à conclusão para apreciação do pedido de encerramento da recuperação judicial. Já entramos em contato com a assessoria do juiz e solicitamos que o pedido de encerramento e arquivamento da recuperação judicial seja apreciado.

Nota 2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo: 2.1. Base de Preparação: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. 2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.3. Instrumentos Financeiros: Classificação: A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: a) **Ativos Financeiros:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta “Receitas e Despesas Financeiras”. b) **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** Quando aplicável, são

incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. c) **Empréstimos e Recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. d) **Passivos Financeiros:** A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros. e) **Outros Passivos Financeiros:** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. 2.4. Contas a receber de Clientes: As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos “PCLD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. 2.5. Estoques: Os estoques de mercadorias são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam o valor de mercado. 2.6. Investimentos: Estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado pelo método de equivalência patrimonial quanto às participações em controladas. 2.7. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo valor de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a taxas estabelecidas em função do tempo de fruição dos benefícios econômicos. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear. Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em “Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos”, na demonstração do resultado. 2.8. Provisão para Férias e Encargos: Foi constituída para cobertura das obrigações relativas a férias vencidas e proporcionais com os respectivos encargos, até a data do balanço. 2.9. *Impairment de Ativos* Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. 2.10. Partes Relacionadas: Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado. 2.11. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços. 2.12. Empréstimos e Financiamentos (Instituições Financeiras): São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que saque provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. 2.13. Arrendamento Mercantil: A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem essa norma são de aluguel de imóvel, máquinas e da frota de veículos e foram utilizadas taxas médias de mercado, essas taxas foram utilizadas com base nos principais índices financeiros utilizados. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. 2.14. Demais Ativos e Passivos: Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”. 2.15. Provisões: As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. 2.16. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. 2.17. Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens no curso normal das atividades da Companhia. 2.18. A Companhia é tributada pelo Lucro Real.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (Método Indireto) Em Milhares de Reais			
	01/01/2024 a 31/12/2024	01.01.2023 a 31/12/2023	
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do Exercício	(12.373)	(5.134)	
Ajustado por:			
Depreciação/Amortização	3.055	4.436	
Alienação Imobilizado	449	35.581	
Direitos de Uso de Ativos	591	1.170	
Juros Pagos	(240)	(1.225)	
Provisões p/Contingências	(2.759)	(5.395)	
Resultado Ajustado	(11.277)	29.433	
(Aumento)/Redução dos Ativos:			
Contas a Receber de Clientes	(8.412)	3.785	
Tributos a Recuperar	5.439	(12)	
Estoques	(691)	3.681	
Outros Direitos Realizáveis	(157)	(877)	
Aumento/(Redução) dos Passivos:			
Fornecedores	15.583	(6.646)	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	84	(1.019)	
Parcelamentos Tributários	(2.642)	(2.096)	
Obrigações Fiscais e Tributárias	(167)	47	
Passivos Vinculados a RJ	-	(26.675)	
Outras Obrigações	50	(2.916)	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(2.190)	(3.113)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações no Imobilizado	(7.896)	(5.206)	
Aplicações no Intangível	(105)	-	
Adiantamentos a Funcionários e Fornecedores	(2.143)	231	
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Investimento	(10.144)	(4.975)	
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	13.995	-	
Instituições Financeiras - Captação	5.000	33.767	
Instituições Financeiras - Pagamento	(10.809)	(30.003)	
Integralização de Capital	-	11.549	
Adiantamentos de Clientes	1.979	(490)	
Partes relacionadas, líquidas	2.557	(7.677)	
Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades de Financiamento	12.722	7.146	
Aumento Líquido/(Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	388	(942)	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.306	2.248	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.694	1.306	
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)			

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. Estimativas e Premissas Contábeis Críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir: **Reconhecimento de Receita:** A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. **Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos:** A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. **Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões não são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro: 4.1. Considerações Gerais e Políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de pagamentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras. Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. 4.2. Fatores de Riscos Financeiros: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e do excedente de caixa. Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota. **Riscos de Mercado: Risco de Crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **Risco de Liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e Bancos	1.694	1.306
	1.694	1.306

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a Receber	20.262	12.669
(-) Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(264)	(1.070)
(-) Juros e Demais Reduções Contas a Receber	(674)	(687)
	19.324	10.912

Circulante	15.997	10.912
Não Circulante	3.327	-

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos aos Funcionários	20	87
Adiantamentos aos Fornecedores	2.430	220
	2.450	307

	31/12/2024	31/12/2023
Nota 8. Tributos a Recuperar:		
IRRF a Compensar	-	484
CSLL a Compensar	174	174
ICMS s/Imobilizado	835	
IPI a Recuperar	698	2.167
Ação de Exclusão ICMS BC PIS/COFINS	15.566	20.924
IR Diferido	1.642	2.427
Crédito de Contribuição Previdenciária e Outros	1.323	-
COFINS a Recuperar	451	-
Outros Impostos a Compensar	48	-
	20.737	26.176

Circulante	3.568	23.749
Não Circulante	17.169	2.427

Continua »»»



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A PUBLICAÇÃO ACIMA FOI ASSINADA E CERTIFICADA DIGITALMENTE NO DIA 10/03/2025



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicações Legais** no portal do
Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2025/03/BALANCO-EM-MARANGONI-TREAD-LATINO-AMERICA-INDUSTRIA-E-COMERCIO-DE-ARTEFATOS-DE-BORRACHA-S.A.-10-03-2025.pdf>

